

O longo sequestro de pescadores portugueses em 1980 – Lisboa negoceia de má-fé e engana a Frente Polisário

Jorge Ribeiro*

pp. 205-209

Introdução

No dia 4 de junho de 1980, a Frente Polisário capturou no mar da costa do Saara o barco português Rio Vouga, registado na praça de Matosinhos. A sua tripulação – quinze homens – foi trazida para terra e conduzida para uma base já no interior do deserto. Os assaltantes pretendiam, antes de tudo, um impacto mediático da ação sobre a recém-criada República Árabe Sarauí Democrática – RASD. O país dos sequestrados, Portugal, era assim pressionado a declarar apoio à independência do povo sarauí, ao reconhecimento da Frente Polisário, e à condenação de Marrocos que ocupava militarmente este país.

Quando as reivindicações da Polisário fossem satisfeitas, os pescadores portugueses seriam libertados. O que veio a acontecer, mas apenas ao cabo de 51 dias de doloroso cativeiro, o tempo que o governo de Lisboa precisou para executar um plano ardiloso, negociado de má-fé, em que prometeu aceitar as condições dos árabes. Estes cumpriram a sua parte: libertaram todos os homens. Na sequência, o governo de Lisboa rasgou os documentos assinados com a Polisário, num exercício em que a ética política esteve ausente.

Este caso, pela sua violência e complexidade, trouxe a angústia das comunidades piscatórias de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, e aumentou, cada dia passado, a aflição das famílias dos pescadores presos. O “Jornal de Notícias”, do Porto, dedicou ao acontecimento a atenção e o cuidado que sempre lhe mereceram as notícias dos pescadores: as boas – como fainas excecionais –, e as más – como os funestos naufrágios. É o trabalho de cobertura cronológica desse drama, por este jornal diário, que a seguir se colige.

Calendário da história durante o cativeiro¹

A primeira notícia sai publicada no dia 10 de junho: «*Atuneiro português encalhou no Cabo Branco*», título da secção Nacional a 3 colunas na p. 4.

O assunto volta à estampa só no dia 12 por motivos do feriado do Dez de Junho, e já traz mais dados. Na 1.ª página lê-se: «*Quinze pescadores portugueses reféns da Frente Polisário – “Rio Vouga” encalhado na costa do Sara*». E remete para a p. 8, com continuação

* CEAUP.

¹ Todos os títulos, citações e excertos de texto assinalados foram extraídos das edições do Jornal de Notícias publicadas nas datas indicadas do ano de 1980.

na p. 20: «O Rio Vouga é um barco de madeira de 75 toneladas / Empresa proprietária é a MAURICOOP – Sociedade Cooperativa de Pesca na Mauritânia / Os seus dirigentes vão ser recebidos pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros / O Governo já contactou as autoridades marroquinas / Maioria da tripulação é de Matosinhos / Arrastão “Menina”, de Vila do Conde, avistou o Rio Vouga e foi a bordo: sem indícios de luta, sem saque, só cédulas da tripulação / No passado dia 22 (maio), ao barco espanhol “Garmo Mar” aconteceu o mesmo aos seus 15 tripulantes, todos levados para a zona de libertação da RASD / Notícia da Rádio Nacional de Espanha revelou que estes assaltos têm a ver com os acordos de pescas que Portugal e Espanha estão a negociar com Marrocos e a Mauritânia, acordos que autorizam ir pescar para as águas da Frente Polisário».

Dia 13, 1.ª p., em baixo: «Tripulantes do Rio Vouga ainda por localizar / Tindouf (a principal comuna e capital da província com o mesmo nome na Argélia) fica a 2.000 km da zona do assalto / Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Azevedo Coutinho, pediu intervenção da marinha de Marrocos (p. 6) negando estarem previstos contactos com a Frente Polisário, assim como o recurso à esquerda para mediar quaisquer negociações».

Dia 14, 1.ª p.: «Tripulação do Rio Vouga bem tratada pela Polisário». Na p. 2: PM Sá Carneiro declara que há um país com boas relações com os dois lados. No texto trata os assaltantes por guerrilheiros, e anuncia que Aviões da Força Aérea de Marrocos já sobrevoam a área / O Sindicato Livre dos Pescadores repudia o anúncio do Governo de Lisboa que vai contactar com as autoridades marroquinas para resolver a situação. O único interlocutor é a Frente Polisário, escreve o diário.

15.6, 1.ª p.: Pescadores em poder da Polisário vão passar uns tempos no Saara. Na p. 6 é citado um comunicado do Ministério da Informação da RASD «reiterando de novo os seus avisos a todos os que atentem contra a nossa soberania nacional, desenvolvendo ações que violem as leis do nosso país».

16.6, 1.ª p.: «Tripulação está em lugar seguro – declarou o embaixador de Portugal em Argel».

17.6: «Como vivem | os pescadores | no deserto a 15 horas do mar – estão 40.º à sombra e andam todos vestidos à árabe».

18.6, p. 5: *Embaixador | de Portugal | em Argel negocia a libertação | dos portugueses | / PS emite comunicado: é absolutamente inaceitável que o Governo de refúgio num total mutismo sobre este caso.*

19.6, p. 4: «Embaixador dr. Meneses Cordeiro parte hoje de Argel para Tindouf na fronteira com o antigo Saara Espanhol. E dentro de um caixilho: Secretário de Estado Azevedo Coutinho afirmou não reconhecer a Frente Polisário como Estado.

20.6, p. 4, uma declaração do Embaixador ocupando 5 colunas do jornal: «Parto com a esperança de trazer os nossos homens neste fim- de-semana» (21/22.6).

21.6, p. 4 inteira, com continuados na p. 21, para desenvolver o principal título da capa: «Pescadores do Vouga já hoje em Argel?» No vasto espaço dedicado ao caso, 17 dias após a sua origem, o jornal desloca-se pela primeira vez às localidades de residência dos pescadores e publica imagens das suas mulheres, mães, esposas e filhos que vivem o drama, a tristeza, a ansiedade e as expectativas. O tratamento editorial, como era habitual dedicar a acontecimentos com as mesmas características, inclui mais 5 peças escritas em Leça da Palmeira e na redação do Porto, e publica ainda as fotografias de todos os pescadores detidos no deserto. Ressaltam também declarações obtidas junto do Comité Português de

Apoio à Polisário, segundo as quais «Os pescadores serão libertados a muito curto prazo / Autoridades da RASD não colocam qualquer condição à sua libertação / A única condição já foi atendida | que é | a abertura de negociações diretas com o Governo de Portugal / Embaixador garante que pescadores chegam já hoje a Argel / A Polisário declara | à mesma fonte | que o aprisionamento do pesqueiro não representa qualquer ato deliberado de hostilidade a Portugal». Noutro local do jornal, um pequeno caixilho em separado revela que «A tripulação simpatiza com o Partido Socialista» | O governo em Lisboa tinha por base uma coligação entre a Direita e a Extrema-direita|.

22.6, em contraste com a considerável publicação da véspera, na edição deste dia só na secção DIVERSOS é possível encontrar uma curta referência, de apenas 35 linhas: «Embaixador adia regresso / Cordeiro continua a conferenciar com guerrilheiros / Continua a desconhecer-se que condições pretende a Polisário para libertar os pescadores».

E vão vinte dias... de frustração e drama

24.6, p. 4, um título a 3 colunas: «Embaixador regressou | do cativo | a Argel sem os pescadores, segundo cita a Agência Associated Press».

26.6, 1.ª p.: o título «Para passar o tempo pescadores jogam cartas e... futebol» remete para a pg.10 onde se lê: «RASD à espera duma definição clara da posição portuguesa», com um caixilho anunciando «Diligencias | do Ministério dos Estrangeiros | continuam», a que se juntam umas fotografias sem qualquer legenda.

27.6, 1.ª p.: o título «As negociações deverão ser retomadas» e, finalmente, a primeira mensagem dos pescadores: «Vejam lá se o Governo nos tira daqui senão ficamos secos». O texto surge na p. 9.

28.6, O jornal publica mensagens dos pescadores para as suas famílias e informa que: «Embaixador | português | continua à espera de instruções de Lisboa».

29.6, 1.ª p.: «Governo foge a negociações diretas com sarauis». «Embaixador Meneses Cordeiro sem instruções».

3.7, 1.ª p.: «Mães e filhas dos pescadores fazem pressão junto do Governo e ouvem evasivas / Primeiro-Ministro Sá Carneiro confrontado à chegada de Paris».

4.7: «Governo não está a negociar a libertação dos pescadores».

5.7, 1.ª p.: «Sá Carneiro: Há um enviado do Governo com credenciais para negociar» / O embaixador de Marrocos em Lisboa acusou a RASD de pirataria».

6.7: «Mulheres dos pescadores rodeiam o Primeiro-Ministro, que está em campanha eleitoral, dizendo que não querem subsídios – querem os seus homens / Sá Carneiro acusa os partidos de Esquerda de traírem a libertação».

9.7: «Presidente da República Ramalho Eanes diz-se disposto a uma declaração favorável à Frente Polisário / E diz ter avião preparado para lá ir buscá-los [aos pescadores]».

10.7: «Governo sofreu revés em Argel: Polisário não aceitou negociar com enviado do PPD/ PSD». O enviado foi Luís Fontoura, antigo dirigente do Secretariado Nacional de Informação (SNI) da equipa do ministro Moreira Baptista no último governo da Ditadura em Portugal. Agora em democracia, Fontoura é funcionário do partido do chefe do Governo, Sá Carneiro, que no passado dia 5 garantira levar «credenciais para negociar».

11.7, p. 4: «Luís Fontoura falhou na sua «operação diplomática».

14.7: «Enviado do PSD | Fontoura | volta | a Lisboa | e diz que o Governo não está disposto a reconhecer a RASD».

15.7: «Fontoura esteve 12 dias em Argel e regressou de mãos vazias».

16.7, p. 3, dois títulos: «Se Governo não reconhecer a RASD os pescadores não serão libertados / Embaixador dos EUA na ONU desloca-se a Argel e a Rabat».

17.7, p. 4: Fontoura faz exposição ao Governo.

21.7, p. 4: Fontoura deve ir ao deserto negociar hoje a libertação.

22.7, MNE declara: “Dar mais informações prejudica o processo”.

23.7, 1.ª p.: «Pescadores amanhã no Porto»; p. 4: «É quase certo que os pescadores “hóspedes” da Polisário serão libertados amanhã».

24.7, 1.ª p.: Tripulantes do Vouga a caminho de casa; p. 3: Avião militar vai a Argel para trazer os 15 pescadores. O jornal publica o “comunicado final das conversações” entre o enviado Fontoura e o ministro da RASD, Omar Mansour:

«Nos dias 20 e 21 de julho de 1980 tiveram lugar nas zonas libertadas da República Árabe Sarauí Democrática, negociações entre o sr. Luís Fontoura, representante e enviado especial do governo Português, e o sr. Omar Mansour, membro do Bureau Político da Frente Polisário e representante do Governo Sarauí.

«Depois de ter sido examinada a situação que prevalece no Noroeste Africano:

«A parte portuguesa exprimiu a sua inquietação perante a situação perigosa decorrente da persistência da ocupação militar marroquina dos territórios da RASD.

«A parte portuguesa, à luz dos princípios da carta da ONU e da resolução 1514 de 14 de Dezembro de 1960 relativa à descolonização, exprime o seu apoio ao direito do Povo Sarauí à autodeterminação, à independência, à soberania e à integridade territorial do seu país sob a direção do seu único e legítimo representante, a Frente Polisário.

«As duas partes exprimem a necessidade de abertura de negociações entre os governos marroquino e sarauí, em conformidade com as resoluções da ONU e da OUA, para chegar a uma solução justa e duradoura para esta questão.

«Pelo Governo Português, Luís Fontoura.

«Pelo Governo Sarauí, Omar Mansour».

25.7, 1.ª p.: «Rio Vouga: terminou o cativo de 51 dias / Pescadores chegam hoje (7h) a Lisboa». P. 4: «Governo reconheceu a Frente Polisário».

Grau zero da diplomacia

26.7, 1.ª p.: «Marrocos pede explicações ao Governo Português / MNE emite Nota: Portugal não reconhece a existência da RASD».

«A Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros» distribuíram pela Comunicação Social uma Nota «assentando na seguinte linha geral de orientação (excertos):

(...) Não podemos tomar uma posição que poderia ser considerada como um acto de hostilidade de Portugal contra Marrocos – o que não podíamos, obviamente, admitir. (...) Foram estes os termos em que o governo português consentiu negociar com a Frente Polisário (...) Sucede que o comunicado conjunto assinado com vista à libertação dos pescadores excedeu,

em alguns pontos e na forma da sua redacção, a orientação traçada. (...) Nessas condições, o Governo Português apenas se considera vinculado pelas partes do comunicado que correspondem à posição acima referida. (...) O Governo português não reconhece a existência da RASD ou do seu governo.

27.7, 1.ª p.: Título: «Polisário estranha diplomacia portuguesa» (caixilho de chamada com fotografia). Texto: «Omar Mansour (o alto-representante da Polisário que assina o comunicado conjunto de 21 de junho, publicado na edição de 24) declara-se surpreendido com a estranha declaração do vice-Primeiro Ministro Freitas do Amaral» e «compara a diplomacia de Lisboa à diplomacia espanhola». P. 5 (caixilho de 2 colunas): «Política externa posta outra vez em causa / Governo rasga compromissos e mancha imagem de Portugal» – acusa a única reação partidária conhecida. Em comunicado, «O PCP acusa a falta de seriedade do Governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral que deram uma imagem do negociador que rasga os compromissos que assumiu no próprio dia em que os assume e obtém os efeitos desejados». O documento acrescenta que «O Governo português é o único responsável pelo protelamento da libertação dos pescadores, denunciando falta de ética política e métodos indignos de que o Governo português deu provas».

Trinta e oito anos após a assinatura do chamado “comunicado inequívoco” de 21 de julho de 1980, as relações entre Portugal e a RASD mantêm-se como estavam antes do assalto ao Rio Vouga: o Governo de Lisboa não reconhece a existência da RASD e aceita a ocupação do território.



Ilustração 01 – Quase dois meses no deserto, os pescadores portugueses regressam a casa (capa do *Jornal de Notícias* de 26 de julho de 1980).

